

2025

Ano 1 | Número 1

BOLETIM DE TÓPICOS ESPECIAIS

Moedas Sociais e Engajamento Comunitário:
Fundamentos para o Desenvolvimento Territorial
Sustentável – Os Casos dos Bancos Palmas e Aratu

SUMÁRIO

- 01** Mensagem da Presidente
- 02** Resumo
- 03** Introdução
- 04** A Natureza Fundamentalmente Social das Moedas Alternativas
- 05** O Tripé do Sucesso: Engajamento, Aceitação e Circulação
- 06** Por Que Iniciativas "De Cima Para Baixo" Frequentemente Falham?
- 07** O Caso do "Bristol Pound": Quando o Engajamento Diminui
- 08** Metodologias Participativas para Implementação de Moedas Sociais
- 09** Conclusão
- 10** Referências
- 11** Reconhecimentos





Poema Isis Andrade de Souza

presidencia@coreconpe.gov.br

Presidente do Corecon-PE e Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural de Pernambuco

O Conselho Regional de Economia de Pernambuco deu início, em 2025, a um novo formato na publicação dos seus boletins econômicos, que agora também incluem temas econômicos diversos e de interesse da sociedade brasileira, desenvolvidos por pesquisadores e economistas, no formato de “Boletim de Tópicos Especiais”.

Nesta primeira edição do Boletim de Tópicos Especiais do Corecon-PE, o tema abordado está vinculado à economia solidária, através da abordagem sobre moedas sociais e desenvolvimento local sustentável. Desta forma, a presente publicação contribui para a reflexão sobre os princípios que norteiam a economia solidária e a utilização de novos instrumentos financeiros como uma ferramenta que pode favorecer o comércio em determinadas localidades, estimular o empreendedorismo, contribuir para o aumento do emprego e da renda, fortalecer a cidadania e, consequentemente, colaborar para o desenvolvimento econômico sustentável.

Portanto, estimular a leitura e reflexão sobre a economia solidária no Brasil é muito relevante, pois a sociedade brasileira é marcada por diversos contrastes sociais, elevada desigualdade de renda e vulnerabilidade social, que tornam necessárias e urgentes a utilização de novas abordagens na perspectiva de um modelo econômico socialmente inclusivo e justo. Que tenham uma boa leitura!

MENSAGEM



Observatório Corecon-PE

ESPECIAL | ANO 1 | NÚMERO 1 | 2025

RESUMO

Sergio Kelner Silveira
sergio.kelner@fundaj.gov.br
Economista do Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas da Diretoria de Pesquisa Social da Fundação Joaquim Nabuco/ Ministério da Educação.



Carolina Beltrão de Medeiros
carolina.medeiros@fundaj.gov.br
Pesquisadora do Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas da Diretoria de Pesquisa Social da Fundação Joaquim Nabuco/ Ministério da Educação



Esta Nota Técnica analisa o potencial das moedas sociais como instrumentos de desenvolvimento local sustentável. Baseada em estudos do Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas (NISP/Fundaj), propõe a criação da Rede Nacional de Economia Solidária, integrando o Bolsa Família à circulação de moedas sociais municipais. A experiência do Banco Palmas e o caso de Indiaroba (SE) demonstram que moedas sociais fortalecem a economia local, ampliam o empreendedorismo e promovem a inclusão financeira. A proposta prevê a conversão parcial do benefício em moeda social, bônus municipal, paridade com o real e fundos de microcrédito. Apesar dos desafios, a iniciativa é viável e inovadora, contribuindo para a autonomia econômica de territórios vulneráveis e a construção de comunidades mais resilientes.

INTRODUÇÃO

As moedas sociais, mais do que instrumentos financeiros alternativos, representam ferramentas de organização coletiva e transformação territorial (Leal; Rigo; França Filho, 2015). Criadas e geridas por comunidades locais ou por governos instituídos em territórios limitados, essas moedas operam com base na confiança mútua, na cooperação e na solidariedade, promovendo circuitos econômicos próprios e fortalecendo a autonomia de territórios vulneráveis (Baquero, 2015).

Neste contexto, o Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas (NISP), da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), tem se dedicado à pesquisa, formulação e testagem de metodologias participativas que se utilizadas podem favorecer a expansão qualificada de moedas sociais. Para aprofundar os testes o NISP realizou entrevistas e oficina com gestores e beneficiários do Banco Popular de Indiaroba, em Indiaroba – SE e do Banco Palmas, na comunidade de Palmeiras em Fortaleza-CE. As análises decorrentes demonstraram a importância da moeda social para o desenvolvimento do território e reforçaram que o engajamento comunitário é fator crítico de sucesso.

Diante do cenário de profundas desigualdades territoriais no Brasil, as moedas sociais emergem como instrumentos estratégicos para políticas públicas que visam não apenas transferir renda, mas também fortalecer economias locais. Experiências como a do Banco Palmas e do Banco Popular de Indiaroba demonstram que, quando bem implementadas, estas iniciativas podem transformar a lógica econômica de territórios vulneráveis, criando ciclos virtuosos de desenvolvimento endógeno (Braga, 2002).

Esta nota técnica complementa essa proposta, aprofundando especificamente o papel do engajamento comunitário como elemento central para o sucesso de implantação de moedas sociais em territórios que ainda não adotaram o instrumento.



A NATUREZA FUNDAMENTALMENTE SOCIAL DAS MOEDAS ALTERNATIVAS

Moedas sociais são instrumentos monetários complementares à moeda nacional oficial, criados e geridos por comunidades locais ou por instâncias de governo, geralmente municipais, com o objetivo de dinamizar a economia de um território específico e fortalecer vínculos sociais (Lapenu; Pierret, 2007; Leal; Rigo; França Filho, 2015). Diferentemente do dinheiro convencional, sua função vai além das trocas econômicas, atuando como catalisadora de processos comunitários de articulação e cooperação para promover o desenvolvimento local (Braga, 2002).

Para compreender a importância do engajamento comunitário, é fundamental entender que moedas sociais diferem radicalmente das moedas nacionais convencionais (Almeida; Vieira; Luz, 2023). Enquanto o real, o dólar ou o euro são respaldados por bancos centrais e aceitos por força de lei, uma moeda social depende quase que exclusivamente da confiança e da aceitação voluntária dos participantes.

Imagine uma nova moeda social, o "Solidário", sendo lançada em uma comunidade. O que faria alguém aceitar um "Solidário" como pagamento? Não é uma obrigação legal, mas sim a confiança de que outros membros da comunidade também o aceitarão. Sem essa confiança coletiva, a moeda não tem valor prático. Essa confiança só se estabelece através de processos coletivos de construção, onde a comunidade participa ativamente na concepção, implementação e governança da moeda.

Esse caráter participativo distingue as moedas sociais bem-sucedidas daquelas que falham. Quando um projeto desse tipo é imposto "de cima para baixo", sem consulta às necessidades locais, há um risco elevado de rejeição, baixa circulação e descontinuidade da iniciativa (Almeida; Vieira; Luz, 2023).

Um exemplo concreto dessa natureza fundamentalmente social é o Banco Palmas, que surgiu a partir de um modelo associativista com forte mobilização comunitária. Conforme discutido na referida oficina, o banco foi criado como resposta à situação de extrema vulnerabilidade dos moradores enfrentada pelo bairro Palmeiras em Fortaleza, que sofria com desemprego e baixa circulação de renda. Após intenso processo de mobilização e organização, criou-se o Banco, cujo modelo de gestão adotado incentiva o consumo local e em consequência a produção no bairro, garantindo que recursos financeiros permaneçam dentro do próprio bairro.



O TRIPÉ DO SUCESSO: ENGAJAMENTO, ACEITAÇÃO E CIRCULAÇÃO

O funcionamento efetivo de uma moeda social depende da interação entre três elementos fundamentais, que se reforçam mutuamente. Este tripé constitui a base de sustentação de qualquer iniciativa bem-sucedida neste campo, sendo que a falha em qualquer um destes pilares compromete todo o sistema.

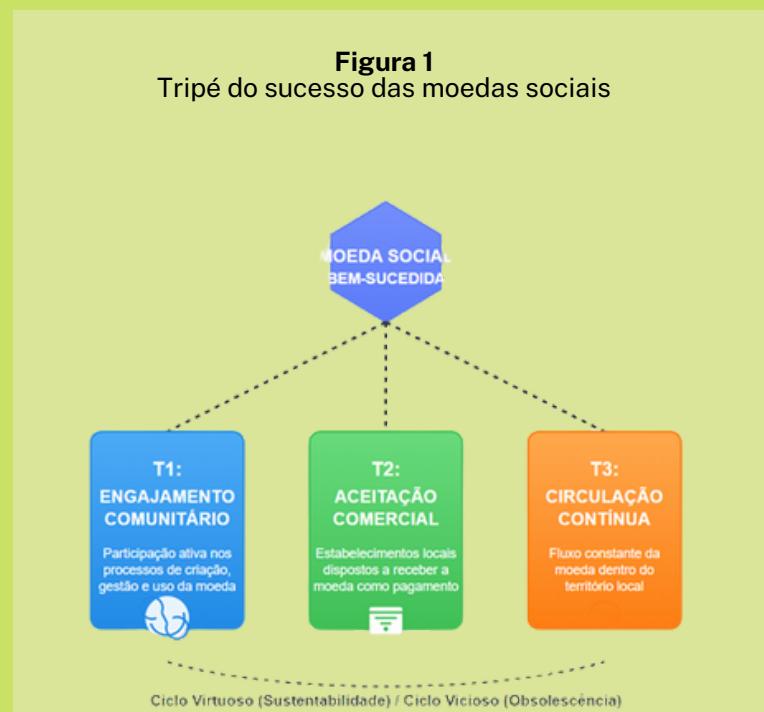
O sucesso de uma moeda social pode ser visualizado como um tripé interdependente:

T1 - Engajamento comunitário: participação ativa nos processos de criação, gestão e uso da moeda.

T2 - Aceitação comercial: estabelecimentos locais dispostos a receber a moeda como pagamento.

T3 - Circulação contínua: fluxo constante da moeda dentro do território, garantindo sua utilidade.

Figura 1
Tripé do sucesso das moedas sociais



Se um desses elementos falha, os outros dois inevitavelmente desmoronam. O mecanismo de interdependência entre estes três elementos opera da seguinte forma: o engajamento comunitário (T1) cria a confiança necessária para a aceitação comercial (T2), pois comerciantes locais só aceitarão a moeda se perceberem que há comprometimento da comunidade. Esta aceitação, por sua vez, assegura a circulação contínua (T3), já que os usuários encontram lugares diversos para utilizar a moeda. Quando a circulação se torna constante, reforça-se o engajamento, pois a comunidade visualiza benefícios concretos, completando assim um ciclo virtuoso de fortalecimento mútuo entre os três elementos.

Sem engajamento, poucos comerciantes aceitarão a moeda, resultando em uma circulação limitada e na perda da confiança dos usuários. Essa interdependência pode gerar um ciclo virtuoso (de crescimento e aceitação) ou um ciclo vicioso (de desuso e obsolescência), dependendo do nível de participação comunitária.

POR QUE INICIATIVAS "DE CIMA PARA BAIXO" FREQUENTEMENTE FALHAM?

Projetos de moeda social concebidos e implementados sem participação significativa da comunidade, ou seja, abordagens "de cima para baixo", enfrentam dificuldades consideráveis. Isso ocorre porque:

1. Alinhamento com Necessidades Locais

Sem envolvimento comunitário, o projeto da moeda pode não refletir as reais demandas econômicas da população.

Exemplo: o Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras em Fortaleza, surgiu após um mapeamento participativo que identificou a evasão de recursos como problema central da comunidade. Sem esse diagnóstico feito com a participação dos moradores, provavelmente a criação da moeda não poderia ter sido possível. O mapeamento revelou, entre outras coisas, que a renda dos moradores era gasta fora do bairro, levando à criação da moeda "Palmas" para estimular o consumo local e a geração endógena de renda.

Este caso reforça como o diagnóstico participativo não é apenas uma etapa preliminar, mas um processo contínuo que legitima a moeda social e a conecta diretamente com as necessidades reais do território. A ausência deste processo participativo de diagnóstico frequentemente resulta em soluções desconectadas da realidade local, com baixa adesão e impacto limitado (Blanc, 1998).

Exemplo: No caso do Banco Popular de Indiaroba, em Sergipe, o diagnóstico local identificou desafios específicos da região, como a exclusão financeira de grande parte da população, baixa valorização de pequenos empreendedores e agricultores familiares, além da significativa evasão de capital do município. Esta compreensão profunda das necessidades locais levou à criação da moeda social Aratu, projetada exclusivamente para circular no município, com o objetivo específico de fortalecer o comércio local e reduzir a fuga de recursos. Em apenas dois anos de funcionamento, a moeda já promoveu uma circulação financeira de mais de R\$ 4,5 milhões, demonstrando como o alinhamento com as necessidades específicas do território é fundamental para o sucesso da iniciativa.



2. Baixa Identificação Cultural

Moedas sociais bem-sucedidas incorporam elementos culturais locais, desde o nome até a iconografia.

Exemplo: a moeda Chiemgauer, na Alemanha, homenageia a região onde circula (Chiemgau), fortalecendo a identidade comunitária. Suas cédulas retratam figuras históricas locais e paisagens da região, criando um vínculo emocional com os usuários e aumentando o senso de pertencimento.

No contexto brasileiro, podemos observar processo semelhante com a moeda Aratu do Banco Popular de Indiaroba, cujo nome foi escolhido em referência ao crustáceo típico da região, amplamente utilizado na gastronomia local e fonte de renda para muitas famílias. As cédulas apresentam elementos da biodiversidade local e patrimônio cultural da região, fortalecendo o senso de pertencimento e identidade territorial entre os usuários.

3. Fragilidade nos Mecanismos de Controle e Governança

Se a governança da moeda não for transparente e participativa, a desconfiança pode comprometer sua aceitação. Sem engajamento comunitário, os mecanismos de controle tornam-se vulneráveis a desvios, baixa fiscalização e falta de representatividade nas decisões.

Exemplo: O Fureai Kippu no Japão, um sistema de moeda social voltado para cuidados com idosos, obteve sucesso devido à sua governança participativa. Conselhos comunitários decidem democraticamente sobre regras de emissão e uso da moeda, com reuniões regulares abertas. Em contraposição, iniciativas similares que delegaram o controle exclusivamente a órgãos governamentais, sem participação comunitária na tomada de decisões, enfrentaram resistência e baixa adesão.



O CASO DO "BRISTOL POUND": QUANDO O ENGAJAMENTO DIMINUI

O Bristol Pound, lançado em 2012 no Reino Unido, é um exemplo relevante. Inicialmente, contou com forte engajamento comunitário e apoio institucional, incluindo a prefeitura local, que aceitava a moeda para pagamento de impostos. No auge, cerca de 2.000 pessoas e 800 empresas utilizavam regularmente essa moeda, com um volume de transações estimado em £1 milhão por ano entre 2013 e 2015.

No entanto, à medida que o entusiasmo inicial diminuiu e a participação comunitária enfraqueceu, o Bristol Pound perdeu força e circulação. Em 2020, após oito anos de operação, anunciou uma transformação significativa do modelo devido à redução da adesão e ao declínio no volume de transações, que havia caído para menos de £200 mil anuais em 2019.

Essa trajetória ilustra como mesmo iniciativas inicialmente bem-sucedidas podem enfrentar desafios quando o engajamento comunitário diminui. O entusiasmo inicial não pode ser visto como garantia de sustentabilidade no longo prazo, demandando estratégias contínuas de envolvimento da comunidade.

CONSTRUINDO ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL

A experiência do Bristol Pound demonstra claramente que mesmo iniciativas bem estruturadas podem perder força quando o engajamento comunitário diminui ao longo do tempo. Para evitar trajetória semelhante em novas iniciativas, é fundamental implementar estratégias que não apenas iniciem, mas sustentem o envolvimento da comunidade a longo prazo. As abordagens a seguir refletem lições aprendidas a partir de casos como o Bristol Pound e experiências bem-sucedidas como o Banco Palmas.

Para que uma moeda social tenha chances reais de sucesso, o engajamento comunitário deve ser:

- **Amplo e diversificado:** envolvendo diferentes setores da comunidade, e não apenas lideranças ou grupos específicos.



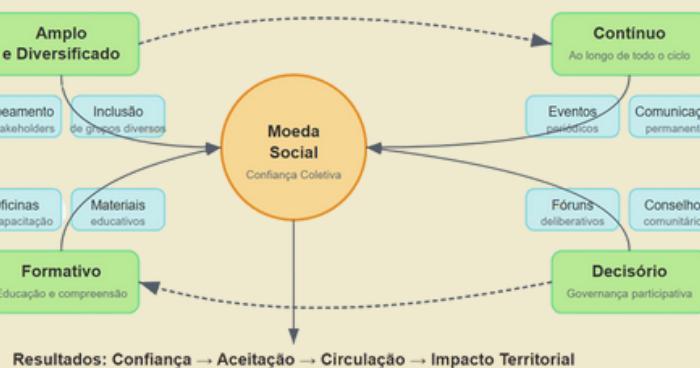
- **Contínuo:** mantido ao longo da vida do projeto, e não apenas na fase de implementação.
- **Formativo:** acompanhado por processos educativos que permitam a compreensão profunda dos objetivos e funcionamento da moeda.
- **Decisório:** garantindo participação efetiva da comunidade nas decisões estratégicas sobre a gestão da moeda.

Exemplo bem-sucedido 1: o Banco Palmas adotou esse modelo ao realizar mapeamento econômico participativo, formação em economia solidária e construção coletiva de acordos antes mesmo do lançamento da moeda. Esse trabalho preparatório estabeleceu bases sólidas para a adesão e continuidade da moeda.

A sustentabilidade do engajamento comunitário do Banco Palmas foi discutida em recente oficina (2025), destacando como o modelo evoluiu para incluir tecnologias digitais sem perder sua essência participativa.

Exemplo bem-sucedido 2: O Banco Popular de Indiaroba implementou programas específicos que demonstram como o engajamento comunitário pode ser potencializado quando foca em grupos historicamente marginalizados. O programa "Mulher Empreendedora" oferece microcrédito de até 3.000 Aratus (equivalente a R\$ 3.000) com condições especiais: seis meses de carência para iniciar o pagamento e a vantagem de que, se as parcelas forem pagas pontualmente, a última parcela é custeada pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico. Essa abordagem não apenas facilita o acesso ao crédito, mas cria um senso de compromisso e corresponsabilidade entre as beneficiárias e a instituição. O resultado é uma taxa elevada de adimplência e um ciclo virtuoso de confiança que fortalece tanto a moeda social quanto as relações comunitárias.

Figura 2
Construção de Engajamento Comunitário Sustentável para o sucesso de moedas sociais



A atual operação através do Instituto e-Dinheiro Brasil, mantendo a paridade de 1:1 com o real e garantindo que 2% do valor transacionado nos comércios locais seja revertido para o fundo do banco, demonstra a adaptabilidade do modelo sem comprometer seus princípios fundamentais. Este exemplo revela como o engajamento comunitário pode ser mantido mesmo com a evolução tecnológica e a ampliação da escala.

Indicadores de Engajamento Comunitário Efetivo

Para avaliar a qualidade e intensidade do engajamento comunitário em iniciativas de moedas sociais, recomendamos monitorar os seguintes indicadores:

- 1. Taxa de participação:** percentual de moradores locais que participam ativamente dos fóruns de decisão sobre a moeda social.
- 2. Diversidade de participação:** representatividade de diferentes grupos sociais, etários e econômicos nos processos decisórios.
- 3. Continuidade participativa:** frequência e regularidade das reuniões comunitárias ao longo do tempo.
- 4. Nível de conhecimento:** porcentagem da população que comprehende adequadamente o funcionamento e objetivos da moeda.
- 5. Controle social:** existência e eficácia de mecanismos de fiscalização e transparência geridos pela própria comunidade.

Para operacionalização prática destes indicadores, recomenda-se:

- Registro sistemático de participação em reuniões e assembleias, categorizando participantes por perfil socioeconômico;
- Aplicação periódica de questionários simplificados para avaliar o nível de conhecimento sobre a moeda;
- Criação de comitês de fiscalização com rotatividade de membros para fortalecer o controle social;
- Documentação regular de decisões tomadas coletivamente e seu grau de implementação;
- Elaboração de relatórios periódicos de transparência acessíveis a toda comunidade.

É importante ressaltar que o engajamento comunitário não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar transformações econômicas e sociais concretas no território. Quando a comunidade participa ativamente, observa-se não apenas maior circulação da moeda, mas também melhora no bem-estar de forma generalizada, fortalecimento de laços sociais e aumento da capacidade de organização para enfrentar outros desafios locais. O monitoramento dos indicadores de engajamento deve, portanto, estar conectado à avaliação de mudanças efetivas na qualidade de vida e na dinâmica econômica local.



METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MOEDAS SOCIAIS

A implementação de moedas sociais segue idealmente um fluxo processual que parte do diagnóstico participativo, avança para a formação e mobilização comunitária, passa pelo desenho coletivo da moeda e seus mecanismos de gestão, chegando à implementação gradual e avaliação contínua. As metodologias apresentadas a seguir devem ser adaptadas à realidade de cada território, respeitando suas especificidades culturais, econômicas e sociais. O sucesso das moedas sociais está intimamente ligado às metodologias utilizadas para promover a participação comunitária. Destacamos abaixo algumas abordagens que têm demonstrado eficácia na implantação sustentável de moedas sociais:

1. Diagnóstico Participativo Local

Antes de criar uma moeda social, é fundamental realizar um diagnóstico aprofundado da economia local, identificando fluxos de entrada e saída de recursos, potencialidades econômicas e necessidades não atendidas. Este diagnóstico deve ser elaborado com participação ativa dos moradores, por meio de:

- Mapeamento econômico participativo
- Entrevistas e grupos focais com diferentes atores locais
- Levantamento de potencialidades produtivas e de consumo não aproveitadas

2. Fóruns Deliberativos Comunitários

A criação de espaços democráticos de discussão e deliberação sobre o desenho e a gestão da moeda é essencial para seu sucesso:

- Assembleias periódicas abertas a toda comunidade
- Conselhos gestores com representação dos diversos segmentos
- Mecanismos de transparência e prestação de contas

3. Formação Continuada em Economia Solidária

O processo educativo é fundamental para que a comunidade compreenda os objetivos e o funcionamento da moeda social:

- Oficinas de educação financeira
- Formação de multiplicadores locais
- Materiais didáticos adaptados à realidade local



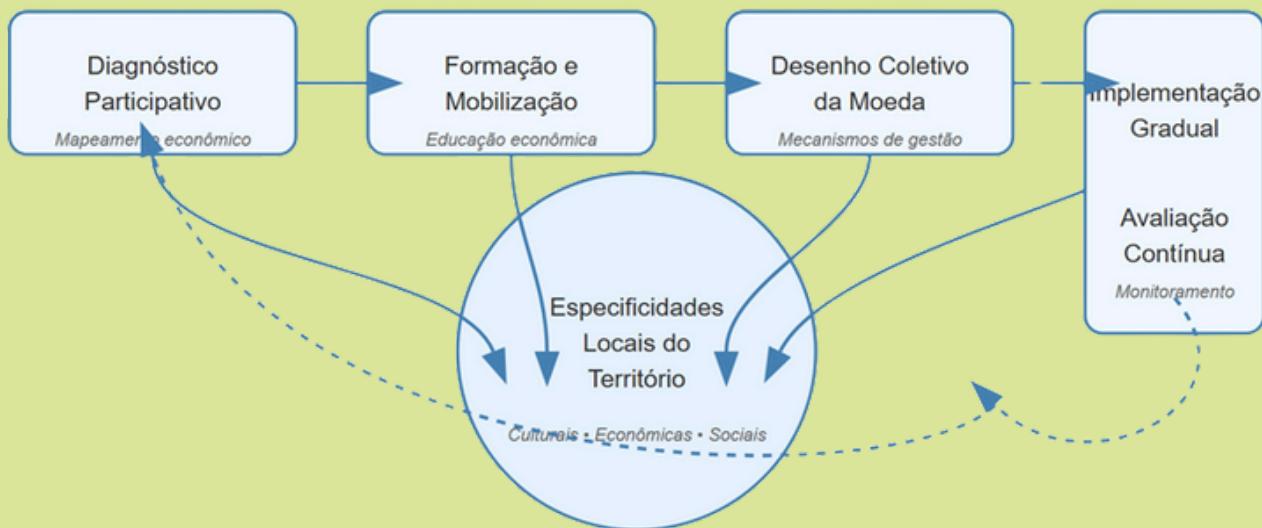
6.4. Integração com Plataformas Digitais

As tecnologias digitais podem potencializar o alcance e a eficiência das moedas sociais, desde que implementadas de forma inclusiva:

- Aplicativos para smartphone que facilitam transações
- Sistemas de pagamento baseados em QR Code acessíveis
- Plataformas comunitárias para troca de bens e serviços

O exemplo prático desta integração com plataformas digitais é o e-Dinheiro, solução digital implementada pelo Banco Palmas. Essa plataforma permitiu a digitalização da moeda Palmas, mantendo seus princípios comunitários.

Figura 2
Processo de Implementação de Moedas Sociais



CONCLUSÃO

As moedas sociais são ferramentas com grande potencial para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, especialmente em comunidades vulneráveis. Um possível sucesso dessas iniciativas está intrinsecamente relacionado ao grau de engajamento comunitário, desde as etapas iniciais de diagnóstico até a gestão contínua e participativa.

Os exemplos do Banco Palmas e do Banco Popular de Indiaroba reforçam a importância da construção coletiva, da aceitação comercial ampla e da circulação contínua da moeda local. Estes elementos, interdependentes, são essenciais para o funcionamento eficaz e sustentável das moedas sociais, evitando ciclos de desuso e garantindo impactos positivos duradouros.

A implementação bem-sucedida dessas iniciativas depende ainda da manutenção contínua do engajamento comunitário por meio de processos participativos robustos, educativos e decisórios, garantindo legitimidade, transparência e efetividade nas ações empreendidas.

Portanto, é imprescindível que políticas públicas voltadas para moedas sociais sejam desenvolvidas com base na participação ativa e constante das comunidades beneficiárias. Este protagonismo comunitário é a chave para que as moedas sociais cumpram plenamente seu papel de instrumentos eficazes de transformação econômica e social dos territórios.

Os casos analisados ao longo desta nota técnica evidenciam que o sucesso das moedas sociais depende de um equilíbrio entre estruturas formais de governança e processos genuinamente participativos. As experiências do Banco Palmas e do Banco Popular de Indiaroba, contrastadas com os desafios enfrentados pelo Bristol Pound, reforçam a necessidade de estratégias que mantenham o engajamento comunitário não apenas na implementação, mas durante toda a trajetória da moeda social.



CONCLUSÃO

Para ampliar a implantação das moedas sociais no Brasil, algumas ações estratégicas devem ser consideradas:

- **Integração às Políticas de Desenvolvimento Local:** Vincular explicitamente as moedas sociais às políticas públicas municipais, estaduais e federais, especialmente aquelas relacionadas à transferência de renda, microcrédito produtivo orientado e programas de empreendedorismo social.
- **Capacitação Técnica e Formação Continuada:** Investir na formação contínua de gestores locais, lideranças comunitárias e usuários finais, proporcionando conhecimentos sobre gestão financeira, economia solidária e governança participativa.
- **Incentivo ao Comércio Local:** Criar programas que incentivem a adesão do comércio local às moedas sociais, por meio de benefícios fiscais, acesso facilitado ao crédito e campanhas de conscientização sobre as vantagens econômicas locais.
- **Expansão de Plataformas Digitais:** Facilitar o acesso e utilização de tecnologias digitais adaptadas às realidades locais, garantindo que todos os segmentos da população possam participar ativamente e se beneficiar da circulação das moedas sociais.

Essas recomendações são essenciais para ampliar o alcance e eficácia das moedas sociais, contribuindo diretamente para o desenvolvimento territorial sustentável e a redução das desigualdades sociais no Brasil.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. M.; VIEIRA, D. M.; LUZ, F. D. Moedas sociais digitais, pressões institucionais e a modelagem social da tecnologia. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 6, p. 1–23, 2023.
- BAQUERO, A. V. Desarrollo endógeno: teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales - Journal of Regional Research**, n. 32, p. 5–26, 2015.
- BLANC, J. Community and complementary currencies. **Review of Social Economy**, v. 56, n. 3, p. 291–306, 1998.
- BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 45–60, maio 2002.
- LAPENU, C.; PIERRET, D. **Handbook for the Analysis of the Governance of Microfinance Institutions**. Paris: CERISE, 2007.
- LEAL, L. P.; RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das Conchas em Matarandiba/BA. **Revista Interdisciplinar**, v. 8, n. 2, p. 85–102, 2015.



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório do Corecon-PE.

Presidente: Poema Isis Andrade de Souza

Vice-Presidente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Comissão de Estudos e Pesquisas Econômicos | Comitê Editorial

Poema Isis Andrade de Souza (Coordenadora)

Carlos Filipe de Albuquerque Braga

Cezar Augusto Lins de Andrade

Isabel Pessoa de Arruda Raposo

Patrícia de Souza da Silva

Keynis Cândido de Souto

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Projeto Gráfico

Rayssa Kelly Melo das Mercês

Rogério Alves da Silva Júnior

Contato

Conselho Regional de Economia da 3^a Região - PE

Rua do Riachuelo, 105/212, Boa Vista, Recife/PE

(81) 99985-8433 | (81) 3039-8842 | (81) 3221-2473

www.coreconpe.gov.br

coreconpe@coreconpe.gov.br

[@corecon.pe](https://twitter.com/corecon_pe)

Boletim produzido em parceria entre o Corecon-PE e a Fundaj.



Observatório Corecon-PE

ESPECIAL | ANO 1 | NÚMERO 1 | 2025